



Contextualização

POLITIZANDO AS RELAÇÕES FAMILIARES DOS IMIGRANTES EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS. UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ECOLOGIA CULTURAL PORTUGUESA

*Susana Pereira Bastos**

As relações de género, intergeracionais e familiares, reais ou imaginadas, referenciadas a populações imigrantes têm vindo a configurar um foco privilegiado de reflexão e de intervenção política em vários países europeus. Em paralelo, um *corpus* já muito significativo de pesquisas revela que a própria migração introduz instabilidade nas relações familiares dos migrantes, interpelando-os a reflectirem e a produzirem variantes ao nível das práticas, dos valores e dos significados das suas vivências familiares. Tendo como contraponto alguns dos debates norte-europeus em torno dos modos “certos” e “errados” de viver em família no seio de sociedades multiculturais, tentaremos mostrar como a arena de relações inter-étnicas em Portugal é substancialmente diversa, em particular no que respeita ao escasso recurso ou à pouca importância dada a debates públicos orientados para a promoção de formas de “imperialismo ético” que vão contra políticas relacionais de tolerância à diversidade.

Palavras-chave: Processos migratórios; Dinâmicas familiares; Competição inter-étnica; Diversidade cultural

* Professora associada e coordenadora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Co-coordenadora do CEMME (Centro de Estudos em Migrações e Minorias Étnicas) e investigadora sénior do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia). As suas publicações mais recentes centram-se nos domínios da Antropologia Urbana, das Relações Interétnicas e do Transnacionalismo.

Relations between genders and generations and within real or imagined families, in the case of immigrant populations, have been a privileged focus of reflection and political intervention in several European countries. A considerable corpus of research has meanwhile shown that migration itself introduces instability in the family relations of migrants, prompting them to reflect and produce variations at the level of practices, values, and meanings of their family experiences. Using as a counterpoint a number of Northern European arguments about “right” or “wrong” ways of living one’s family in a multicultural society, we will attempt to show how the arena of inter-ethnic relations in Portugal is significantly different. This is particularly clear in the scant resort to or little weight attributed to public debate geared towards the promotion of forms of “ethical imperialism” that go against relational policies inspired by tolerance of diversity.

Keywords: *Migratory processes; Family dynamics; Inter-Ethnic competition; Cultural diversity*

A relevância da “família”¹ no contexto da competição interétnica

Na Europa pós-colonial, a imigração pode ser representada como um processo semi-incontrolado que ocorre num mundo historicamente organizado, caracterizado por hierarquias geo-estratégicas, políticas, tecnológicas, económicas e identitárias, por competições e vulnerabilidades. Este processo de colonização reversa, como é conceptualizado por Ballard,² tende a relançar em novos moldes modalidades de competição supostamente ultrapassadas, que tanto se desenvolvem a um nível material e político, mediante processos de competição intergrupais e interpessoais orientados para o aumento de poder social, como a um nível moral, por meio do confronto de diferentes dimensões socio-culturais.

Em particular, as relações familiares referenciadas a populações imigrantes e a minorias étnicas têm vindo a configurar uma arena privilegiada de problematização, argumentação e de contestação acerca dos modos “certos” e “errados” de viver em sociedades multiculturais.³ O reconhecimento de que uma parte muito significativa dos projectos migratórios, inclusive os pautados por uma dimensão transnacional, se constroem e se desenvolvem apoiados em estratégias familiares, configuradas em “enquadramentos culturais pré-migratórios” cada vez mais diversos⁴ parece ter sido concomitante com a emergência de uma “verdadeira obsessão” acerca das famílias migrantes⁵, cujas práticas

¹ Como aprofundaremos adiante, a família não constitui uma noção unívoca nem aproblemática.

² BALLARD, Roger. *Migrations in Europe*.

³ GRILLO, Ralph. *The “Family” in Dispute*.

⁴ FONER, Nancy. *The Immigrant Family*. Cultural Legacies and Cultural Changes, p. 961.

⁵ BALIDAR, E. We, *the People of Europe?* Reflections on Transnational Citizenship, p. 123.

culturais reais ou imaginadas se transformaram, como refere Grillo, num “objecto de reflexão ‘externa’ (e de intervenção política)”.⁶

Em paralelo, um *corpus* significativo de pesquisas mostra como os processos migratórios “desestabilizam” muito frequentemente as dinâmicas familiares dos migrantes, interpelando-os a reflectirem e a produzirem, eles próprios, variantes ao nível das práticas, dos valores e dos significados das suas vivências familiares e domésticas.⁷ É também neste sentido que as relações entre homens e mulheres que conjugalizam, entre avós, pais e filhos, com a família extensa e parentes distantes etc. – a quer com os presentes, quer com aqueles que permanecem nos espaços de origem ou se encontram internacionalmente dispersos – têm vindo a constituir um cenário major de debates e negociações em torno da manutenção ou da transformação de determinadas diferenças culturais específicas. Parafraseando Wessendorf, “a família constitui uma categoria poderosa que tanto pode servir à construção discursiva de diferenças culturais em termos negativos como à idealização de outras ‘culturas’”.⁸

Esta centração nas relações familiares de grupos migrantes processa-se a múltiplos níveis e em diferentes escalas. Um dos aspectos recorrentemente focado é o de que “os grupos domésticos e as famílias são os principais agentes de decisão e concretização” dos processos migratórios e de que, conseqüentemente, estes processos “deveriam ser perspectivados como fazendo parte de estratégias grupais mais amplas de sustentação e desenvolvimento socio-económico”.⁹ O próprio grau de participação de cada actor familiar na construção do processo migratório varia significativamente, em função de estratégias tecidas no seio de relações familiares. As decisões de quem migra e quando migra dependem quer de idiomas socio-culturais que podem estabelecer papéis e responsabilidades diferenciadas nas relações de género, intergeracionais e familiares nos países de origem, quer da percepção dos diferentes tipos de oportunidades económicas, políticas e interétnicas presentes nos potenciais contextos migratórios, e da vantagem diferencial que a migração de determinado(s) familiar(es) poderá proporcionar.

Concomitantemente, as combinatórias migratórias são múltiplas e, sobretudo, tendem a diversificar-se. Ao modelo “primeiro migram os

⁶ GRILLO, Ralph, *op. cit.*

⁷ KING, Russell et al. *Time. Generations and Gender in Migration and Settlement*, p. 260.

⁸ WESSENDORF, Susanne. *Italian Families in Switzerland: Sites of Belonging or ‘Golden Cages’? Perceptions and discourses inside and outside the migrant families.*

⁹ MASSEY, Douglas. *Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration*, p. 4.

homens”, singularmente ou em relação com um parente masculino (um pai e um filho, vários irmãos ou primos casados ou solteiros etc. deixando permanente ou temporariamente esposas, mães, filhos nos respectivos países de origem) acrescentam-se modelos alternativos nos quais as mulheres deixam de ser representadas como “seguidoras passivas”¹⁰ para protagonizarem o próprio projecto migratório, tantas vezes “sozinhas” e/ou apoiadas não raramente por laços familiares com outras mulheres, assumindo activamente responsabilidades económicas que classicamente eram desempenhadas pelos migrantes masculinos.

Similarmente, o projecto ou não de reunificação familiar, a decisão de quem se vem reunir e de quem fica, quando, com que motivações e através de que estratégias, isto é, tanto a decisão (mais ou menos intencional ou forçada) de regresso à origem ou de inserção duradoura (reagrupando familiares ou construindo novos laços de parentesco *in situ*) ou até mesmo a opção pela refragmentação e dispersão familiar em busca de novas oportunidades dependem em grande medida de processos e recursos negociados no seio de relações familiares. Não se conclua, todavia, que se tratam de processos aproblemáticos, na medida em que “as famílias e os grupos domésticos, enquanto unidades de produção e redistribuição, representam centros de luta nos quais pessoas com diferentes actividades e interesses podem entrar em conflito”.¹¹

Em diferentes contextos migratórios, diferentes modalidades de relações familiares – e as diferentes posições de sujeito que os estruturam – confrontam-se, por sua vez, com enquadramentos legais e administrativos aos quais subjazem, tantas vezes, definições etnocêntricas (supostamente universais) das relações familiares que podem constranger, logo à partida o processo legal de recomposição. Simultaneamente, deparam-se com diferentes tipos de oportunidades económicas e interétnicas, bem como com diferentes modos e níveis de politização da diferença real e/ou imaginada que sobre as suas relações familiares imigrantes são projectados, reagindo a diferentes pressões no sentido da sua integração social, aculturação moral, da sua marginalização ou exclusão. Também sob este ângulo, um dos temas mais abordados tem sido o das relações de género e intergeracionais.

É hoje bem conhecido que homens e mulheres não apenas desenvolvem diferentes percursos de inserção social como podem ser diferencialmente estimulados, pelas suas vivências migratórias, a

¹⁰ Cf. KOFMAN, E. *Family-related Migration. A Critical Review of European Studies Female*.

¹¹ BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. *Women and Migration. Incorporating Gender into International Migration Theory*.

reinterpretações e reconfigurações nas suas relações e representações de género. Este reconhecimento prende-se com a crescente feminização das migrações, bem como com o papel desempenhado pelas mulheres migrantes enquanto intérpretes privilegiadas e utilizadoras selectivas de idiomas de género diversificados, através de construções híbridas e/ou emancipatórias.

Igualmente sobrefocalizado, é o nível das relações intergeracionais. Entre outras dimensões, o processo de relativa emancipação das gerações emergentes exige decisões e negociações continuadas acerca dos graus de autonomia e responsabilidade em vários níveis (padrões educacionais, performances escolares, manejo da sexualidade e da violência, escolhas matrimoniais, necessidades e estratégias económicas etc.) que tendem a introduzir instabilidade no interior das vivências familiares. Muito embora alguns jovens – tantas vezes já nascidos ou sociabilizados nos actuais contextos de acolhimento – tenham adquirido competências pluri-culturais e desenvolvido estratégias de relação interétnica que lhes permitam apresentações compartimentadas, quer compatíveis com as expectativas das gerações parentais quer consonantes com as suas respectivas culturas públicas de inserção, tais processos não constituem decisões meramente cognitivas e estratégicas. Não raramente, fazem-se acompanhar de fortes investimentos e conflitos emocionais.¹²

Por acréscimo, as comparações (interétnicas, entre estratos económicos etc.) locais e nacionais – e, em alguns casos, transnacionais – sobre obrigações, controlos, autonomias etc., conduzem muitas vezes à construção de soluções e estratégias de continuidade e de transformação culturais, vulneráveis, não-homogéneas e retransformáveis, uma vez que existem diferentes interesses identitários em jogo. Mudanças e continuidades culturais podem ser vividas como vantajosas para algumas posições de sujeito e muito ameaçantes para outras. Deste modo, as múltiplas negociações, tensões, formas de compromisso etc. que ocorrem no seio das relações familiares, presentes e à distância, configuram importantes fontes de mudança cultural e/ou de resistência, de fechamento ou de abertura, de defensividade, sedução identitária ou de agonismo mais ou menos confrontacional, no que respeita ao relacionamento interétnico.

Muito embora as análises do ponto de vista das relações de género e intergeracionais sejam cruciais, dissolver e/ou reduzir a reflexão sobre relações familiares em contexto migratório a esses dois níveis, pode

¹² BALDASSAR, Loretta et al. *Aged Care Across Borders*. Transnational Migration, Families and Long-Distance Care.

comportar perdas analíticas relevantes. É nesse sentido que temos vindo a operacionalizar o conceito de dinâmicas familiares, definido como

*specific modes of articulation between gender relations, intergenerational relations, 'community' relations, religious/moral relations with values or personified transcendental entities and interethnic relations developed through history. These types of family dynamics are often recognized by a significant part of the members of the group. However, while certain dynamics are considered as ideal and/or a source of honour, prestige and moral superiority, others exist which may be felt as true but relatively problematic and/or even as a source of shame and humiliation. Thus, a family dynamic pattern can be conscious or repressed, congruent with dominant ideals more apparent within the older generations or (apparently) deviant or contra-ideal, affirmed or denied, stable or unstable, more or less confronted with alternatives and accepted or not by the main representatives of the group values. At the same time, within a migratory context, a family dynamic pattern can be seen as congruent or conflictive with the dominant or hegemonic values accepted in the cultural ecologies of the recipient group.*¹³

As transformações nas tecnologias de transporte e comunicação, as novas configurações da economia internacional e a mutabilidade dos mercados de trabalho, a maior facilidade ao nível das transações bancárias e financeiras, bem como a própria implementação de políticas multiculturais que legitimam a expressão de diversos tipos de reconexão com os países de origem dos imigrantes têm vindo a favorecer diferentes tipos de famílias translocais associadas a diferentes práticas de transnacionalismo familiar. A investigação sobre as dinâmicas familiares dos migrantes obriga, conseqüentemente, a deslocalizar o enfoque, estendendo-o também aos modos específicos de articulação entre determinadas relações espacialmente próximas e à distância.

Todavia, as relações familiares das populações migrantes não são apenas um foco privilegiado de investigação por parte dos cientistas e técnicos sociais. A contestação popular tipicamente associada à presença de imigrantes, motivada pelo receio de roubo e/ou de perda de vantagens na competição por recursos mais ou menos escassos (emprego, habitação, apoios públicos etc.), tem vindo a ser progressivamente acompanhada por uma crescente obsessão pelas suas formas de organização e práticas. Nas diferentes opiniões públicas europeias, não escasseiam referências que associam selectivamente algumas populações imigrantes (e/ou

¹³ BASTOS, Susana; BASTOS, José. *Family dynamics, uses of religion and interethnic relations within the Portuguese cultural ecology*.

determinados segmentos das chamadas “segundas gerações”) a famílias “desorganizadas”, sexualidades “promíscuas”, gravidezes “precozes”, a taxas elevadas de Sida, “abandono” e “insucesso escolar”, “delinquência juvenil”, consumo e tráfico de droga, entre outros “problemas”. Mais concretamente, algumas “famílias” imigrantes são concebidas como “problemáticas” na medida em que se pressupõe que os seus valores e práticas conduzem a processos de inserção social descendente ou marginal. De outro ângulo, mas reeditando similarmente a tese de que a própria “família” pode funcionar como obstáculo à integração,¹⁴ um segundo campo de interpretações enfatiza, sobretudo, a inaceitabilidade das suas crenças e práticas face aos valores ditos democráticos, liberais e individualistas, fundadores das sociedades de acolhimento.

A essa problematização, pejorativizante, da família imigrante e/ou étnica como fonte interna de impedimento à integração nas sociedades de acolhimento não é também alheio o impacto dos movimentos contra-diversidade que emergiram, a partir dos primeiros anos do século XXI, mais ou menos simultaneamente, em vários países europeus. Mobilizado por Paul Scheffer na Holanda, por Giovanni Sartori na Italy, por Bob Rowthorne ou por David Goodhart no Reino Unido, o argumento segundo o qual a “diversidade excessiva” introduzida pelos fluxos migratórios perturba disruptivamente as identidades nacionais e dissipa valores comuns, bem como, subsequentemente, a insistência na “assimilação cultural dos imigrantes”¹⁵ continua a orientar debates públicos e intervenções políticas promotores de definições acerca dos valores e das práticas adequadas às famílias imigrantes e/ou das minorias étnicas.

O grau e o tipo de problematização pública das famílias imigrantes e étnicas, bem como as modalidades de intervenção política ensaiadas são, contudo, influenciados por factores socio-culturais e históricos e, nomeadamente, como mostra Grillo, por diferentes ideologias políticas e culturais e idéias hegemónicas sobre a família¹⁶ que singularizam cada contexto nacional.

Na Escandinávia, por exemplo, a família imigrante não só constitui um foco de eleição dos debates públicos sobre integração, relacionamentos interétnicos e governância da diversidade cultural, como as próprias políticas

¹⁴ No âmbito do IMISCOE (International Migration, Integration and Social Cohesion in Europe), a integração tem vindo a ser definida “as a long lasting process of inclusion and acceptance of migrants in the core institutions, relations and statuses of the receiving society”. Cf. Heckmann. *Integration and Integration Policies: IMISCOE Network Feasibility Study*, p. 15.

¹⁵ VERTOVEC, Steven; WESSENDORF, Susanne. *Cultural, Religious and Linguistic Diversity in Europe: an Overview of Issues and Trends*, p. 11-12.

¹⁶ GRILLO, Ralph, *op. cit.*

de controlo à imigração se têm vindo a transformar (novas condições para receber benefícios sociais, para obter o direito à residência permanente e à cidadania etc.) no sentido de produzir mudanças comportamentais no seio das famílias imigrantes.¹⁷ Em Portugal, pelo contrário, a arena de relações interétnicas é, em muitos aspectos, substancialmente diversa, nomeadamente no que respeita ao escasso recurso ou à pouca importância dada a debates públicos orientados para a promoção de formas de “imperialismo ético” que vão contra políticas relacionais de tolerância à diversidade e de respeito pela intimidade familiar e étnica.

Uma excepção à politização da “família” imigrante situada na periferia da Europa?

Precisaremos de seguida algumas das razões que diferenciem o contexto português e quase o excepcionalizem face ao quadro das sociedades multiculturais norte europeias. Porém, para avançarmos, começaremos por (i) deshomogeneizar a própria noção de família migrante e/ou étnica, mostrando como em Portugal diferentes grupos e sub-grupos de imigrantes e minorias étnicas apresentam diferentes tipos de dinâmicas familiares, inseridas em diferentes tipos de recurso a igrejas e comunidades etnicamente organizadas, diferentes formas de *empowerment* dos homens, das mulheres ou dos juvenis e de organização das suas respectivas expectativas, estratégias e relações; mas também, em paralelo, por (ii) deshomogeneizar a própria arena portuguesa de relações interétnicas, evidenciando como, sob uma representação identitária colectiva fortemente partilhada, que merece ser conceptualizada sobretudo enquanto um ideal identitário, diferentes segmentos de classe e ideológicos desenvolvem diferentes estratégias intra-familiares e interétnicas.

Comparando dinâmicas familiares em populações imigrantes e minorias étnicas

A pesquisa comparativa¹⁸ que temos vindo a desenvolver sobre populações imigrantes e minorias étnicas (inseridas, sobretudo, na área

¹⁷ HAGELUND, Anniken. “For Women and Children!” *The Family and Immigration Politics in Scandinavia*.

¹⁸ A pesquisa em pauta focalizou-se na articulação entre dinâmicas familiares, usos e manejos dos recursos religiosos e relacionamentos interétnicos. As estratégias de pesquisa adoptadas implicaram entrevistas e trabalho de terreno junto de cinco famílias de cada um dos segmentos imigrantes e/ou étnicos seleccionados. Numa segunda fase, para exponenciar a comparabilidade, construímos e aplicámos um questionário atitudinal que foi aplicado a um conjunto de entrevistados (equilibrado em termos geracionais e de género) de cada segmento analítico. As populações imigrantes e/ou os grupos etnoreligiosos estudados foram: os imigrantes sikhs, de origem indiana; os muçulmanos sunitas e ismailitas

metropolitana de Lisboa) permitiu-nos descortinar pelo menos três tipos de dinâmicas familiares. Entre outros critérios, essas dinâmicas foram diferenciadas pela primazia socio-cultural atribuída, em dois tipos, à unidade familiar baseada quer na dominação masculina, quer na centralidade e poder simbólico concebido às mulheres-mães e, num terceiro tipo, pelo primado (oculto) dado a emancipação erótica precoce dos jovens (de ambos os sexos) e às suas consequências na vida adulta.

As duas primeiras dinâmicas estão relacionadas entre si e têm em comum a defesa de comunidades fechadas, baseadas em igrejas étnicas ou numa “Lei” endo-grupal, promovendo a estratificação intergeracional, a endogamia, casamentos mais ou menos negociados, bem como um ideal de famílias múltiplas ou extensas. No entanto, o primeiro tipo é sobre-orientado pelo primado masculino e por um controlo mais ou menos violento (por parte de vários familiares) do comportamento sexual e moral das mulheres casadas e adolescentes. Claramente reconhecido e afirmado como um ideal praticado (com um número reduzido de desviantes), essa dinâmica está associada a noções de “honra”, manejadas com vista à afirmação de uma superioridade moral em relação ao grupo dominante recipiente. Reage mal a esforços de mudança, uma vez que, enquanto ideal, é suposto ser natural e atemporal. Constitui um padrão admirado que tolera, não obstante, algum grau de rebelião, controlada através de diferentes estratégias.

Os segmentos de ciganos portugueses a que chamámos de tradicionais¹⁹ constituem um exemplo desse tipo de dinâmica.²⁰ A protecção da honra masculina e familiar incide sobretudo na defesa da endogamia e da virgindade feminina, dentro do ideal segundo o qual uma mulher deve pertencer sexualmente a um único homem, no período que medeia a sua saída (o mais precoce possível) da casa dos pais e a viuvez, viuvez esta que deverá “respeitar” até à morte, num luto definitivo. Esta seria uma tradição de “respeito”, que antigamente aproximava os portugueses e os ciganos numa mesma moral de vigilância da “honra” e do “respeito” (isto é, da obediência

de origem indo-moçambicana; os hindus, com a mesma origem; os ciganos portugueses, segmentados em católicos não praticantes e evangélicos; e os imigrantes caboverdeanos (ou de origem caboverdeana), igualmente segmentados em sub-grupos de católicos praticantes, católicos não praticantes e ligados a igrejas evangélicas. Os principais resultados das duas fases da pesquisa foram publicados em BASTOS, Susana; BASTOS, José. *Filhos diferentes de deuses diferentes*. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica.

¹⁹ Com uma religiosidade não organizada, próxima da religião popular portuguesa, uma mistura de catolicismo não praticante com cultos associados aos espíritos dos antepassados, à possessão, à vidência e à bruxaria.

²⁰ Os Sikhs, recentemente estabelecidos em Portugal, apresentam uma outra forma cultural desta dinâmica familiar.

dos mais novos aos mais velhos e das mulheres aos homens); uma tradição da qual, de acordo com os próprios entrevistados ciganos, os portugueses se afastaram indevidamente, pelo que, nesse nível, seriam hoje os representantes de uma tradição da sociedade dos “senhores” de antigamente.

Neste contexto, a violência física tende a irromper em relações próximas, entre pais e filhas não casadas, entre maridos e esposas, através da agressão (vivenciada como) “natural” das mulheres. Porém, também pode emergir em casamentos, entre famílias e até clãs (*raças*) uma vez que os casamentos (frequentemente casamentos “arranjados” entre primos) constituem contratos de honra que não devem ser rompidos; uma vez combinado o casamento, o noivo não pode rejeitar a noiva (e conservar a sua honra e a da sua família); a contrapartida reside em que os pais da futura noiva serão inteiramente responsabilizados pela conservação da virgindade da noiva até à noite da conjugalização, na qual essa virgindade será ritualmente conferida e a sua “prova” guardada, como um tesouro, pela sogra. Apesar disto, a noiva tem o direito de (combinada com os pais) romper o “pedimento” nupcial (*dar cabaças*), o que permitirá que uma nova promessa conjugal venha a ser construída. Todavia, a perda da virgindade, uma vez que implica a ruptura de um contrato de honra, pode ter consequências devastadoras; a partir daí, as famílias ficam *contrárias*, a família da noiva pode ter que fugir, mudando de região e até mesmo de país, abandonando negócios e bens. Se algum dos seus membros for encontrado ou descoberto por algum dos membros da família do noivo ultrajado pode ser morto, originando um ciclo de mortes e vinganças de sangue que se pode arrastar durante anos. Um conflito inter-familiar pode, deste modo, ser vivido como um conflito entre vários grupos familiares e até *raças*.²¹

O segundo tipo de dinâmica familiar que detectámos apoia-se, contudo, em processos culturais bem mais ambivalentes, na medida em que os idiomas de género e religiosos apelam, em simultâneo, para duas dimensões: dominação masculina (geralmente não violenta), no seio dos grupos domésticos e da comunidade etno-religiosa, acoplada à uma aparente submissão das mulheres; enfatizando, ao mesmo tempo, a centralidade (inclusive religiosa) das mulheres-mães. Os segmentos hindus, mas também de religião muçulmana (sunitas e ismaelitas) de origem indo-moçambicana residentes em Portugal protagonizam bem essa dinâmica familiar.

Homens e mulheres, de várias idades e recursos de classe, pertencentes a estes segmentos, reconhecem espontaneamente claras

²¹ Não é possível ignorar os efeitos produzidos pela recente segmentação dos ciganos portugueses através de processos de conversão de alguns milhares a igrejas neo-pentecostais, eminentemente étnicas. Uma das consequências deste processo é particularmente sensível nas relações de género.

assimetrias nas relações de género e intergeracionais; não obstante, justificam-nas como uma resultante de tradições culturais e religiosas baseadas em papéis de género e geração bem definidos. Mais, argumentam como os seus valores e relações familiares se têm revelado cruciais nos percursos desenvolvidos pelas gerações emergentes, (protegendo-as nomeadamente de processos de assimilação descendente) bem como na preservação do “respeito” associado às suas famílias no seio das respectivas comunidades etno-religiosas.

A dissociação da religião de qualquer acto de violência, opressão e exploração das mulheres e, por extensão, a conceptualização da condição feminina como um problema inerente a um contexto social mais vasto, a atribuição de certos “abusos” (em nome da religião) a alguns homens concretos, bem como o apelo à religião universal contra as particularidades históricas e culturais do mundo hindu e muçulmano são frequentemente reeditadas. Em contrapartida, as mulheres são, genericamente, valorizadas nos seus “trabalhos”, actuais ou potenciais, como esposas, mães, educadoras dos filhos e gestoras familiares.²² Por último, e sobretudo o segmento hindu tende ainda a configurar a religião como um *locus* de superioridade feminina, enfatizando a superioridade das mulheres-mães na utilização dos recursos mágico-religiosos.

O terceiro tipo de dinâmica familiar, encontrado num segmento muito significativo de caboverdeanos residente em Portugal, exprime-se em três níveis não congruentes entre si: um nível ideal (e semi-oficial) de respeito pelo primado masculino e gerontocrático, reconhecido como dominante no passado em Cabo Verde (o qual era compatível com os ideais católicos dos colonizadores portugueses e missionários, e com os da burguesia caboverdeana, identificada com os seus colonizadores); uma forma mais violenta e erotizada de primazia dos jovens masculinos adultos (popularmente associada a “crimes de faca” e ao controlo de áreas circunscritas do espaço público), que transforma o “machismo”, o “donjuanismo” e a poligamia masculinas em elementos, encobertamente, aceites; e, num terceiro nível, uma estratégia, ainda menos reconhecida e/ou ocultada, de emancipação das raparigas pubertárias através do recurso ao erotismo e à gravidez precoce.

²² De acordo com as próprias interlocutoras, mais saliente do que o suposto poder dos homens da família sobre as suas vidas é o controlo promovido pelas mulheres da família de aliança (sogras e cunhadas mais velhas). O que mostra como os discursos que tendem a contrapor os homens às mulheres, genericamente consideradas, exigem leituras mais sofisticadas e não podem ser projectados apressadamente sobre certos grupos sócio-históricos.

Muito embora acompanhada, aparentemente, por uma forte dose de conflituosidade familiar (a qual pode incluir ameaças de expulsão e punição física), a primeira gravidez rapidamente se transforma num facto aceite (sendo os netos, tantas vezes, cuidados pelas suas avós), conducente à emancipação da jovem. Nesta nova fase, a rapariga poderá dar à luz mais crianças, de diferentes pais, repetidamente ausentes. Esta afirmação do capital social erótico das jovens e da sua autonomia sexual pode inclusive continuar após a conjugalização. Por sua vez, a aliança entre mães (em muitos casos separadas ou abandonadas pelos seus parceiros, em virtude de divórcios e da emigração masculina) e filhas (que repetem de alguma maneira as experiências maritais e maternas das suas progenitoras) tende a promover a liderança das mulheres de meia idade, reforça a “guerra entre os sexos”, contribuindo ainda para produzir um relacionamento selectivo entre os jovens rapazes e os seus familiares matrilaterais. Reconhecidos ambivalentemente pelos entrevistados caboverdeanos, estes dois níveis – o “machismo” e “donjuanismo” por parte dos homens jovens e adultos, combinados com a (ocultada) emancipação das jovens púberes através da iniciação erótica e da gravidez precoce – estruturam as relações de género e possuem fortes consequências no plano intergeracional.

Entre marido e mulher, não metas a colher: uma aproximação à ecologia cultural portuguesa

Para todos aqueles que, familiarizados com os debates morais em torno das dinâmicas familiares imigrantes em vários países da Europa, esperam encontrar em Portugal um clima similar, a expectativa é francamente decepcionante. A tendência dominante de resposta às dinâmicas familiares dos imigrantes e das minorias étnicas parece ser a adopção de uma posição de justaposição sem interferência. Não obstante invisibilizar, ignorar e, sobretudo, “não se meter” na vida dos outros pode também ser perspectivado, neste contexto, como uma forma particular de respeito pela privacidade alheia.

De um modo geral, os portugueses parecem reagir mais à violência do que a diferentes padrões de sexualidade, de relação de género e intergeracionais. Compreende-se, deste modo, que o imaginário mais pejorativo sobre imigrantes, focado nas “problemáticas” segundas gerações de origem africana, enfatize sobretudo a delinquência juvenil, a tóxico-dependência e o narcotráfico. Para além de partilharem com certos segmentos de jovens de origem africana uma suposta ligação ao narcotráfico, os ciganos portugueses são ainda percebidos como não confiáveis, “agressivos” e/ou “perigosos”, principalmente quando agem

em grupo (contra não ciganos). Convergentemente, é enquanto forma de violência que a questão da mutilação genital feminina (associada a certos segmentos de guineenses que continuam a praticá-la em Portugal ou na Guiné) emerge, esporadicamente mas sem produzir grande efeito, nos *media* portugueses.

Similarmente, as taxas de crime insignificantes registradas entre muçulmanos e hindus de origem indiana oriundos de Moçambique (bem como o seu comportamento modelar no espaço público, nomeadamente em contexto escolar) vão a par com a consolidação da sua imagem como pessoas e comunidades “pacíficas”, “trabalhadoras” e “integradas” que respeitam valores e padrões públicos (a qual converge parcialmente com o imaginário nacional do português “honesto”). Uma imagem positivada para qual muito contribuiu o papel crucial levado a cabo por alguns grupos de elite, hindus e muçulmanos; e para qual não tem sido de todo indiferente o modo como esses muçulmanos e hindus portugueses vivem e comunicam a sua “diferença” religiosa na esfera pública portuguesa, isto é, apresentando-se como crentes “moderados”, genericamente não interessados em sectarismos religiosos e bastante críticos a qualquer tipo de fanatismos, extremismos e/ou radicalismos.

A SIDA e as gravidezes adolescentes no caso das chamadas segundas gerações de origem africana, tal como a agressão masculina contra mulheres jovens e mais velhas que transgrediram a Lei Cigana ou o quantitativo relativamente elevado de mortes resultantes de conflitos inter-familiares, não são desconhecidos em determinadas camadas da população. Não obstante, os portugueses continuam a aderir ao provérbio popular – “entre marido e mulher, não metas a colher”.²³ Por sua vez, a própria defesa da virgindade feminina e certas formas de endogamia de classe e/ou de (quase) casamento “arranjado” não escasseiam entre os estratos mais elevados das elites portuguesas católicas com identificações e ideais aristocráticos. Em paralelo, a centralidade das figuras maternas, associada à enfatizada dimensão benevolente e sagrada da Virgem Maria (favorecendo o primado da ligação entre mães e filhos) continua a prevalecer em determinados estratos burgueses e rurais. Também a realidade das jovens mães solteiras

²³ É, pois, sintomático que a reacção “ética” mais radical no nível das relações interétnicas tenha sido recentemente conduzida por uma rede de mulheres académicas (sobretudo da área das ciências sociais) contra um número reduzido de ciganos nómadas, oriundos da Roménia. Uma reacção, despoletada pelo facto de algumas jovens mães pedirem nas ruas centrais de Lisboa ao mesmo tempo que davam o peito a bebés que dormiam nos seus braços. Acrescentando à secular ciganofobia portuguesa, novas preocupações éticas (e sem provas), sobre essas jovens ciganas romenas recaiu a suspeita de serem “mães falsas”, que teriam raptado e abusado de tais crianças, as quais lhes deveriam ser retiradas, com a ajuda da polícia e dos serviços sociais.

(apoiadas pela família e sobretudo pelas mães) não são desconhecidas nas camadas mais baixas da população do Portugal rural e suburbano.²⁴

Suportados por estes e múltiplos outros elementos, várias dimensões têm vindo a ser enfatizadas no sentido de justificar esta tolerância cultural face a dinâmicas familiares muito diversas. Entre elas, sublinharíamos: i) uma modalidade de educação das crianças, basicamente conduzida pelas mulheres, tendencialmente conducente a um tipo de carácter, definido por uma elevada necessidade de afiliação e de orientação positiva para os relacionamentos sociais, combinada com uma baixa necessidade de competição pela obtenção de poder;²⁵ ii) uma modalidade do colectivismo, nomeadamente, o primado da solidariedade baseada em valores familialistas extendidos a vizinhos, comunidades, compatriotas etc.; iii) a prevalência de uma orientação pacifista, orientada por uma visão do mundo católica com tonalidades femininas²⁶ e associada, nos *media* e no imaginário popular, a “brandos costumes”; iv) uma tendência para o individualismo anárquico,²⁷ a qual interpela os portugueses em geral a reagirem a qualquer tentativa de interferência institucional na organização das suas vidas, acompanhada de um moralismo verbal suave com aceitação das escolhas desviantes enquanto “humanas” (uma vez que “todos têm as suas fraquezas”); v) uma desvalorização da política e a sistemática pejorativação dos políticos e, por fim; vi) a quase ausência de uma sociedade civil dinâmica, motivada para causas militantes.²⁸

Gerações de convivialidade com tais dinâmicas culturais parecem ter ainda contribuído para o desenvolvimento de algumas variantes étnicas ou imigrantes, coloniais e pós-coloniais, igualmente caracterizadas por uma fraca produção de dicotomias e fundamentalismos (morais, culturais, religiosos etc.), por uma baixa participação política dos imigrantes,²⁹ bem como por uma escassa orientação confrontacional. Dir-se-ia, assim, que o próprio padrão de justaposição sem interferência activa não é sinónimo

²⁴ Com efeito, e até à revolução democrática de 1974, a figura legal de “filho de pai incógnito” era muito comum (ainda que a sua referência directa pudesse ser entendida como uma ofensa à honra tanto do filho como da mãe). No entanto, nos meios rurais portugueses, estas jovens “abandonadas” e/ou “desgraçadas” pelos homens de quem haviam gravidado eram, contudo, geralmente aceites e ajudadas pelas populações locais. Certos valores sociais, como a piedade, pareciam mais actantes do que o moralismo católico repressivo.

²⁵ McCLELLAND, David. *The Achieving Society*.

²⁶ BASTOS, José. *Portugal Europeu*. Representações identitárias dos portugueses.

²⁷ DIAS, Jorge. *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*.

²⁸ MARQUES, Maria Margarida; SANTOS, Rui. *Top-down and bottom-up reconsidered*. The dynamics of immigrant participation in local civil society.

²⁹ ALBUQUERQUE, Rosana; TEIXEIRA Ana. *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*. Country Report prepared for the European Research Project.

de mundos autónomos e paralelos; embora se tratem de interações tendencialmente assimétricas, o modo como alguns grupos imigrantes e étnico-religiosos se deixam imaginar e interagem no plano interétnico, optando justamente pela evitação do confronto e pela negociação diplomática, parecem alimentar os ideais identitários portugueses de tolerância e abertura à diversidade.

A contrapartida a tudo isto não pode, contudo, ser escamoteada. Uma percentagem significativa das camadas mais baixas da população portuguesa, que migrou recentemente das zonas rurais para os centros urbanos, compete com sub-grupos de imigrantes (sobretudo de origem africana) por recursos (materiais e identitários) escassos. Homens e as mulheres de ambos os segmentos partilham empregos instáveis, respectivamente na construção civil e nos serviços de limpeza, bem como habitações sociais e subsídios, atribuídos pelo Estado. Para alguns destes portugueses, os imigrantes transformam-se em rivais perigosos, uma situação que estimula algum grau de racismo verbal e comportamental, especialmente em tempos de crise (como actualmente). Em grande medida resultado das dinâmicas culturais atrás referidas, este racismo directo e subtil (o qual, em Portugal, não tem sido politicamente aproveitado por qualquer partido xenófobo de extrema direita) tende a ser ocultado, permanecendo relativamente invisível à opinião pública dominante e sendo escassamente controlado pelos governantes, tribunais ou pela sociedade civil.

Conclusão

Investigar as vivências familiares dos imigrantes obriga, pois, a articular múltiplas relações, níveis e escalas de análise. Para além de frequentemente negociada entre familiares no contexto de origem, a experiência migratória interpela os seus agentes a repensarem valores, práticas, obrigações, autonomias etc. familiares à luz das alternativas e dos constrangimentos (legais, políticos, culturais etc.) com os quais se confrontam nos novos Estados-Nações de acolhimento. Por acréscimo, e sem negligenciar a influência de cada formação nacional (das suas ideologias sobre a família e das suas políticas migratórias), a dimensão plurinacional e até transnacional de muitos fluxos migratórios, no seio dos quais muitos imigrantes se concebem como fazendo parte da uma mesma família³⁰, tende a multiplicar as referências e pressões nacionais e culturais e, por consequência, a complexificar os debates que travam internamente,

³⁰ BRYCESON, D.; VUORELA, U. (eds.). *The Transnational Family*. New European Frontiers and Global Networks.

no local e à distância. Uma complexidade tantas vezes ampliada pelos chamados casamentos “mistos”, os quais configuram cenários privilegiados de negociação inter-cultural e/ou religiosa, mais ou menos tensional, conducente a múltiplas formas de compromisso, ajustamento e *bricolage*.

Sem qualquer pretensão de exaustividade, o presente volume da CSEM procura contribuir para uma reflexão, pluridisciplinar, sobre a complexidade das vozes, das decisões, vivências e emoções que subjazem aos relacionamentos familiares em contexto migratório.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Rosana; TEIXEIRA, Ana. *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*. Country Report prepared for the European Research Project. Oldenburg: POLITIS, 2005. Disponível em: www.uni-oldenburg.de/politis-europe/.
- BALIBAR, E. *We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- BALLARD, Roger. *Migrations in Europe*. Conferência realizada na FCSH/CEMME, Lisboa, 2003.
- BALDASSAR, Loretta et al. *Aged Care Across Borders*. Transnational Migration, Families and Long-Distance Care. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- BASTOS, José. *Portugal Europeu, representações identitárias dos portugueses*. Oeiras: Celta, 2000.
- BASTOS, Susana, BASTOS, José (eds.). *Filhos diferentes de deuses diferentes*. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME, 2006.
- BASTOS, Susana, BASTOS, José. “Family Dynamics, uses of Religion and Interethnic Relations within the Portuguese Cultural Ecology” in GRILLO, Ralph (ed), *Immigrant Families in Multicultural Europe*. Debating Cultural Difference. Amsterdam: Amsterdam University Press (no prelo/2007).
- BOYD, Monica, GRIECO, Elizabeth. “Women and Migration: incorporating Gender into International Migration Theory”, 2003. Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=106>.
- BRYCESON, D., VUORELA, U. (eds.). *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*. Oxford: Berg, 2002.
- DIAS, Jorge. “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, in *Atas do 1º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Washington: Nashville, 1953, p. 51-65.

- FONER, Nancy. "The Immigrant Family: cultural Legacies and Cultural Changes", *International Migration Review*, v. 31, n. 4, 1997, p. 961-974.
- GRILLO, Ralph. "The 'Family' in Dispute" in GRILLO, Ralph (ed.). *Immigrant Families in Multicultural Europe*. Debating Cultural Difference. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008
- KING, Russel et al. "Time, Generations and Gender in Migration and Settlement", in PENNINX, Rinus et al. (eds.). *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006, p. 223-68.
- KOFMAN, Eleonor. "Family-related Migration: a Critical Review of European Studies", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 30, n. 2, 2004, p. 243-262.
- HAGELUND, Anniken. "For Women and Children! The Family and Immigration Politics in Scandinavia" in GRILLO, Ralph (ed). *Immigrant Families in Multicultural Europe*. Debating Cultural Difference. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.
- HECKMANN, F. (ed.). *Integration and Integration Policies: IMISCOE Network Feasibility Study*, Bamberg: EFMS INTPOL Team, 2005.
- MASSEY, Douglas. "Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration", *Population Index*, v. 56, n. 1, 1990, p. 3-26.
- MARQUES, M. Margarida; SANTOS, Rui. "Top-down and bottom-up reconsidered: The dynamics of immigrant participation in local civil society", in PENNINX, Rinus et al. (eds.). *Citizenship in European Cities*. Immigrants, Local Politics and Integration Policies: diversity and convergence in European Cities. Aldershot: Ashgate, p.107-126.
- McCLELLAND, David. *The Achieving Society*. New York: D. V. Nostrand Company, Inc., 1961
- VERTOVEC, Steven; WESSENDORF, Susanne. "Cultural, Religious and Linguistic Diversity in Europe: an Overview of Issues and Trends", in PENNINX, Rinus et al. (eds.). *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006, p. 171-200.
- WESSENDORF, Susanne. "Italian Families in Switzerland: Sites of Belonging or 'Golden Cages'? Perceptions and discourses inside and outside the migrant families", in GRILLO, Ralph (ed). *Immigrant Families in Multicultural Europe*: Debating Cultural Difference. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.

